

Agroecologia na relação campo-cidade: caminhos para uma reconexão a partir da decolonialidade

Agroecology in the countryside-city relationship: paths for a reconnection based on decoloniality

XIMENES, Raphaela¹; BECKER, Cláudio²

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), rapha_ximenes@outlook.com; ² Universidade Federal de Pelotas (UFPel), claudio.becker@ufpel.edu.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO **Eixo Temático: Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária**

Resumo: Este trabalho busca refletir sobre a relação entre o campo e a cidade, defendendo como principal meio de reaproximação entre esses espaços distintos, porém complementares, a Agroecologia. A defesa da reaproximação entre campo e cidade a partir da Agroecologia advém da compreensão de que uma relação mais contígua entre essas duas esferas poderia proporcionar melhorias tanto para as pessoas quanto para o meio ambiente. Assim, a principal estratégia metodológica utilizada foi o levantamento bibliográfico. A compreensão dos fundamentos da relação campo-cidade em sua configuração atual nos permitiu verificar que o distanciamento existente entre essas duas esferas não é natural, mas provocado pelas imposições estruturais do capitalismo e da colonialidade. Concluímos que a Agroecologia possui um potencial efetivo para pavimentar o caminho da construção de uma outra relação entre o urbano e o rural, condizente com as demandas sociais e ecológicas contemporâneas.

Palavras-chave: questão socioambiental; relação urbano e rural; reaproximação territorial.

Introdução

Com a intensificação da produção industrial e o avanço do capitalismo, as populações rurais passaram a ocupar cada vez mais os centros urbanos, que foram se tornando espaços densamente povoados, a partir do processo conhecido como êxodo rural. O ensino ofertado nas instituições educacionais apresenta esse processo como algo natural e até hoje prevalece uma visão estigmatizante do meio rural, que caracteriza este como etapa inferior ao urbano, em uma lógica desenvolvimentista que indica as grandes cidades como a fase superior da civilização. No entanto, essas ideias e pressupostos são meras construções, que sustentam um modo de viver, produzir e consumir nos moldes do capitalismo e da colonialidade.

Com este trabalho, buscamos problematizar essas construções, demonstrando, a partir da Agroecologia, que elas não são as únicas possíveis. Muito pelo contrário, buscamos enfatizar o quanto a nossa realidade de país periférico distancia-se dessa construção social urbano-centrada, demonstrando que até mesmo o conceito de rural prevalecente na atualidade não condiz com a nossa realidade. Com isso, pretendemos provocar reflexões sobre a urgência de uma reaproximação entre o



campo e a cidade, já que estas esferas, mutuamente dependentes e inter-relacionadas, nunca deveriam ter sido tão bruscamente fragmentadas, posto que fazem parte de um todo indivisível. Assim sendo, realizamos a defesa dos Sistemas Agroalimentares nesse processo, a partir da compreensão de que estes não se esgotam no campo, mas compreendem também o momento de comercialização da produção agroecológica, realçando a defesa que realizamos de uma complementaridade entre o campo, enquanto esfera da produção, e a cidade, como espaço onde prevalece o consumo.

Metodologia

Para o desenvolvimento do presente trabalho, utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa qualitativa, já que a discussão que buscamos desenvolver não pode ser quantificada, mas envolve aspectos da realidade social marcados por uma série de atores e por influências do contexto macroeconômico e da ideologia dominante, mas também das resistências coletivas e contra hegemônicas que se apresentam. Nesse sentido, apenas o estudo qualitativo da realidade e das relações sociais que nela se expressam poderia ser capaz de transmitir as ideias defendidas, que são amparadas por amplo levantamento bibliográfico acerca dos elementos que compõem e dão significado à Agroecologia, mas também sobre a estrutura vigente que provoca o distanciamento entre o campo e a cidade. Assim, considerando o espaço em que nos encontramos no globo, recorremos a conceitos de autores como Josué de Castro e Aníbal Quijano, dentre outros de extrema relevância para pensar a realidade brasileira e latino-americana, além de ao arcabouço legal que trata de temáticas referentes à alimentação no Brasil, considerando a relevância que esses documentos apresentam para a temática aqui discutida.

Resultados e Discussão

Para dar início ao debate, há alguns conceitos que, antes de tudo, precisam ser caracterizados. O primeiro deles é o de “colonialidade”, já mencionado. Este conceito foi elaborado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano e a escolha deste termo, em detrimento do mais recorrentemente utilizado “colonização”, se justifica a partir da seguinte explanação:

Com a emancipação latino-americana no início do século 19, iniciou-se um processo de descolonização parcial, já que as repúblicas conseguiram livrar-se do peso da dominação política das metrópoles, mas a colonialidade e seus principais efeitos continuaram a ordenar essas sociedades, produzindo-se, com o passar do tempo, diversas estruturas sociais de matriz colonial. É claro que o colonialismo como fenômeno histórico precede e origina a colonialidade enquanto matriz de poder, mas a colonialidade sobrevive ao colonialismo (Quintero et al, 2019, p. 6).

Dessa forma, apesar de o colonialismo ser um processo considerado encerrado, a colonialidade continua em curso nas sociedades que foram colonizadas, posto que os modos de vida e diversas características culturais de povos e comunidades que habitavam os territórios colonizados foram substituídos ou drasticamente afetados



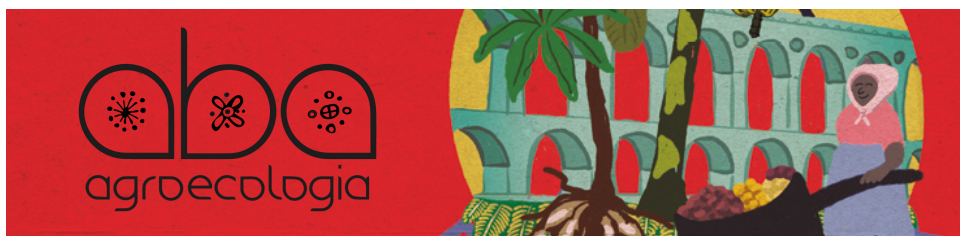
pelas

imposições de países colonizadores. Dentre essas características que sofreram alterações com a chegada do poder colonizador, destacamos a relação com a terra e com a alimentação. A lógica produtivista e desenvolvimentista trazida da Europa para os países do sul da América com o processo de colonização causaram modificações abissais na relação dos povos que aqui viviam com a natureza. Vale destacar que a compreensão da esfera natural como objeto da ação humana, em uma perspectiva hierárquica, é uma construção ocidental que, apesar de predominante na atualidade, não é a única possível. Ailton Krenak demonstra isso perfeitamente em seu livro *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019), quando refere-se a rios e montanhas como parentes, demonstrando a possibilidade de uma outra relação com a natureza, distinta daquela que nos é ensinada desde que nascemos. O autor indígena demonstra, a partir de suas afirmações, que humanidade e natureza podem viver em harmonia e que a ideia de dominação da natureza pelo homem não é compartilhada por todos os povos.

No entanto, apesar das resistências não apenas de povos indígenas, mas de diversas comunidades tradicionais que lutam pela manutenção de seus modos de vida, prevalece hoje na sociedade brasileira o modelo trazido com a colonização do nosso território e cotidianamente reforçado pelas “inovações” capitalistas. Assim, campo e cidade foram se constituindo como espaços distintos e fragmentados, criando-se a ideia, principalmente entre aqueles que residem nos espaços urbanos, de que não existe ou não deve existir uma relação de complementaridade entre eles. Ademais, a ideia disseminada e absorvida por grande parte da população é a de que o rural é algo residual ao urbano, desconsiderando as riquezas culturais próprias desses territórios. Esta questão é tão grave que mesmo as políticas públicas brasileiras utilizam ainda hoje um conceito de rural que não condiz com a nossa realidade, conforme podemos perceber a partir do seguinte trecho:

Visando contornar esse tipo de problema, estudos coordenados por Veiga (2001) e onde se procurou redefinir os contornos do rural brasileiro aplicando à realidade do País critérios mais aceitos pela comunidade internacional, a partir de uma combinação de variáveis envolvendo densidade populacional, tamanho dos municípios e sua localização, concluíram que aproximadamente 1/3 da população brasileira poderia ser considerada rural, contra os 18% das estatísticas oficiais (Miranda; Silva, 2013, p. 442).

Toda essa explanação inicial pretende apenas traçar alguns elementos para ilustrarmos o tamanho da problemática de que aqui tratamos, a saber: o distanciamento provocado entre campo e cidade. Enfatizamos o fato de que esse distanciamento é algo provocado, pois apenas a partir da compreensão de que não é natural é que se torna possível a construção de alternativas. Por fim, antes de tratarmos propriamente de quais seriam essas alternativas, cabe destacar mais uma reflexão, esta do grande autor brasileiro Josué de Castro, que em suas obras denunciou a problemática da fome a partir da compreensão de que esse fenômeno surge em um contexto de desigualdades sociais, e não por mera escassez de recursos, como bem demonstra o seguinte trecho:



Ao lado dos preconceitos morais, os interesses econômicos das minorias dominantes também trabalhavam para escamotear o fenômeno da fome do panorama espiritual moderno. É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos - dirigidos e estimulados dentro de seus interesses econômicos - e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. E a dura verdade é que as mais das vezes esses interesses eram antagônicos (Castro, 1984, p. 31).

Assim sendo, para além da questão da fome propriamente, precisamos ressaltar ainda que, tanto pelas modificações nos hábitos alimentares provocadas pela ideologia dominante, quanto por fatores econômicos, a população brasileira, especialmente as parcelas mais pobres dessa população, tem consumido cada vez mais produtos ultraprocessados. Dessa forma, a Segurança Alimentar e Nutricional, prevista pela Lei 11.346 de 2006, não está sendo garantida a essa população, que encontra dificuldades para acessar alimentos saudáveis e in natura, especialmente em se tratando de alimentos agroecológicos. O próprio Guia Alimentar para a População Brasileira (2014), publicado pelo Ministério da Saúde e considerado referência em todo o mundo, que destaca a importância da preservação de valores culturais na alimentação, torna-se cada vez mais difícil de ser seguido, já que a oferta de gêneros alimentícios que as e os brasileiros encontram nos pontos de comercialização a preços acessíveis estão se tornando monótonos e repletos de conservantes e aditivos que descaracterizam esses alimentos, apesar da riquíssima diversidade de espécies alimentares que marca o nosso país, o que caracteriza uma realidade denominada como *apartheid alimentar* (Cátedra Josué e Castro, 2021).

É nesse sentido que realizamos a defesa da Agroecologia como caminho para a reaproximação entre campo e cidade, pois compreendemos que para que essa reconexão aconteça é necessário que a população compreenda a importância não apenas de alimentar-se de forma saudável visando a saúde do próprio corpo, mas também de nossos ecossistemas e daqueles que produzem nossos alimentos. Assim, os Sistemas Agroalimentares Sustentáveis são fundamentais nesse processo, pois:

(...) representam, portanto, um paradigma emergente, no qual a sustentabilidade e a segurança alimentar são os parâmetros centrais. Desta forma, extrapolam características essencialmente ambientais para incorporarem igualmente questões fundamentais em torno da reprodução da vida humana, da qualidade de vida da população e demais questões culturais, sociais e econômicas. Nesta linha e pensando na efetivação destas iniciativas, Gonzales de Molina; López García; Guzmán Casado (2017) sugerem que se construam alianças sociais que sejam capazes de promover a mudança, algo que seria alcançado com a politização do consumo alimentar e o estabelecimento de sistemas agroalimentares locais de base agroecológica (Becker; Silva, 2021, p. 282).

No entanto, se faz necessário destacar que compreendemos que, para que isso ocorra em ampla escala e atinja também as populações periféricas, inclusive dos grandes centros urbanos, o foco não deve ser as escolhas individuais dos



consumidores como seres isolados, pois o contexto em que estes consumidores estão inseridos determina o seu acesso à alimentação. A parcela mais pobre da classe trabalhadora, em condições precárias de trabalho e remuneração – quando não desempregada – se move pela necessidade da sobrevivência, consumindo aquilo que é mais barato – muitas vezes, ultraprocessados. Dessa forma, apesar de ser importante a opção pela produção agroecológica daqueles que possuem condições de escolher, o foco deve ser direcionado a tornar esses alimentos mais acessíveis para todas e todos, através da ampliação de mercados institucionais, do fortalecimento da Agroecologia, do incentivo à produção local e sazonal, da promoção de espaços de troca e comercialização em áreas periféricas, entre outros elementos.

Para isso, destacamos a importância da responsabilização estatal, já que o Estado, em suas diversas esferas, é responsável pela garantia dos direitos da população, dentre os quais destacamos o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que deve encontrar condições para ser acessado tanto no campo quanto na cidade. No entanto, compreendendo os interesses em disputa na sociedade capitalista, reconhecemos ser necessário um processo de mobilização social e lutas coletivas para viabilizar a construção de novas relações não apenas entre as pessoas e a natureza, mas também das pessoas com a própria alimentação e até mesmo entre as próprias pessoas. Nesse sentido, Joelson Ferreira, assentado da reforma agrária e ex-dirigente nacional do MST, e Erahsto Felício, professor e historiador, trazem no livro “Por Terra e Território: Caminhos para a Revolução dos Povos no Brasil” uma importante reflexão sobre a organização das comunidades em luta, que ilumina nossa reflexão sobre a necessária articulação entre campo e cidade:

[...] Há um projeto que captura indivíduos para um grupamento organizado a partir de uma concepção ideológica. Há outra perspectiva que busca se organizar desde as comunidades, povos e territórios. Ou seja, em vez de ser uma soma de indivíduos conscientes, estamos falando de uma soma de comunidades em luta (Ferreira, Felício, 2021, p. 136).

Ou seja, a partir da observação de experiências agroecológicas em curso, que buscam uma mudança na lógica vigente, compreendemos que os principais potenciais existentes são as resistências promovidas por grupos de agricultores, consumidores e apoiadores que, através de uma organização política e social, persistem contra a imposição de um modo de vida que não mais se sustenta.

Conclusões

Com este trabalho buscamos elencar algumas das principais problemáticas acerca do distanciamento entre campo e cidade, visando com isso não apontar essa realidade como algo posto e não passível de transformações, mas, justamente no sentido contrário, pretendemos com isso apresentar alguns elementos fundamentais para a compreensão dessa realidade, já que apenas a partir do conhecimento sobre determinado objeto é que se torna possível transformá-lo. Assim, esperamos que o texto aqui apresentado contribua para suscitar reflexões sobre a necessidade de



uma reaproximação entre campo e cidade e da construção – ou mesmo retomada – de outros modos de viver, produzir e consumir, pautados na Agroecologia que, como sabemos, não se reduz apenas a uma forma de plantar mais correta ecologicamente, mas contempla princípios comprometidos com a justiça social e ambiental e, portanto, não se esgotará na ordem societária vigente.

Referências bibliográficas

BECKER, Cláudio.; SILVA, Simone. Revisitando os conceitos de transição agroecológica e sistemas agroalimentares sustentáveis. In: Carla da Silva Sousa; Francisco de Sousa Lima; Sayonara Cotrim Sabioni. (Org.). **Agroecologia: Métodos e Técnicas para uma Agricultura Sustentável**. 1ed.? Guarujá, SP: Científica Digital, 2021, v. 5, p. 274-285.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.: il. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em 24 jun. 2023.

_____. Presidência da República. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em 24 jun. 2023.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome - o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CÁTEDRA JOSUÉ DE CASTRO. **Diálogo sobre ultraprocessados: Soluções para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis**. Cátedra Josué de Castro, Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde (Nudens USP), Instituto Ibirapitanga, p. 45. 2021.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. **Por terra e território: Caminhos da revolução dos povos no Brasil**. Arataca, Teia dos Povos, 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

MIRANDA, Carlos, SILVA, Heithel. **Concepções da Ruralidade Contemporânea: As Singularidades Brasileiras**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2013. Disponível em: <http://repiica.iica.int/DOCS/B3226P/B3226P.PDF>. Acesso em: 11 jul. 2021.

QUINTERO, Pablo; CONCHA ELIZALDE, Paz FIGUEIRA, Patricia. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. Arte e Descolonização, São Paulo, MASP Afterall, n. 3, 2019.